

Falando grego

» JORGE FONTOURA

Doutor em direito internacional, professor titular do Instituto Rio Branco e membro consultor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)



Já houve quem dissesse que povos não vivem em países, senão em moedas. A contrariar tal assertiva, veio por algum tempo o projeto mais ousado e criativo de toda a geopolítica mundial: a integração europeia, com sua ambiciosa proposta de moeda única. Agora, com a crise econômica grega que abala mercados e convulsiona a economia mundial, torna-se patente a grande perplexidade acerca da sobrevivência política do modelo comunitário, consolidado nos prodígios do recente Tratado de Lisboa, em vigor a partir de dezembro de 2009.

O impasse está lançado: o velho continente não poderá defender eficazmente seus interesses e segurar a queda vertiginosa do euro sem sacrificar políticas sociais, direitos trabalhistas e previdenciários. Vale dizer, sacrificar o standard de vida de seus cidadãos, anestesiados de favores públicos, de subsídios estatais, de fundos comunitários e almoço grátis. A tarefa não será fácil, em especial para o primeiro-ministro socialista Georges Papandreu, instado a implantar na Grécia receitas monetaristas draconianas, sob a espora contundente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O tamanho do dilema europeu é que cortar a carne, racionalizar gastos e dinamizar a economia não é apenas impor sacrifícios esquecidos. Mais que isso, é ainda controlar câmbio e implantar política monetária e fiscal inteligente e eficaz. Inserida na eurozona desde 2001, a Grécia não possui mais moeda própria, nem autoridade monetária nacional, atrelada que está a decisões supranacionais. O Banco Central que ingere sobre a bela Hélade fica em Frankfurt e seu presidente é o francês Jean-Claude Trichet. Por um lado, mudar o euro ao sabor de um único país implica comprometer o sistema monetário comum, com profundas consequências para a Alemanha e para a França. Por outro, não mudar, significa decretar a falência virtual do sócio mediterrâneo, transferindo a colossal dívida de bilhões de euros para o passivo comunitário. Sem contar o imediato periclar das demais economias comunitárias

frágeis, particularmente o grupo designado pelo maldoso acrônimo Pigs (Portugal, Itália, Grécia e Espanha), os países mediterrâneos mais Irlanda.

Se no atual patamar é difícil encontrar saída para esse labirinto — sempre os gregos —, teria sido possível evitar o problema com planejamento, controle e previsão, o que paradoxalmente foi a marca da fase heroica de implantação do mercado comum. É inconcebível como a superburocracia de Bruxelas deixou-se levar no atual episódio por engodos grosseiros e informes falsos por tanto tempo. Foram mais de 10 anos para que se admitisse a entrada da Grécia nas então Comunidades Europeias, à espera de democracia e de contas públicas saudáveis. A reiterada aceitação de números fantasiosos e de estatísticas delirantes sugere agora lamentável déficit de comunicação e de percepção mínima da realidade. Sempre a apreçoar a hegemonia das ideias, a mercocracia europeista deixou de funcionar, imobilizada em sua parafernália de tratados, de instituições e mesmo de cultura comunitária complacente.

O mal já está feito e apesar do aporte apenas paliativo de 110 bilhões de euros, cerca de 10% do PIB brasileiro, fornecidos pela Comissão Europeia, por alguns países europeus e pelo FMI, a Europa sai do imbróglio menor do que era e infinitamente aquém do que poderia ter sido. Se a vida em comum traz contratempos impensáveis, há também vantagens e é certo que a força de trabalho grega sairá em ordas em direção aos vizinhos estáveis, beneficiada pela livre circulação que se garante à cidadania comunitária. Nem os ingleses, que não quiseram participar da moeda comum e que hoje se sentem aliviados na estabilidade de suas libras esterlinas, ficaram livres da invasão de trabalhadores helênicos, em busca de emprego e de salários. Resta apenas saber o que os eleitores contribuintes dos 27 países comunitários acharão de tudo isso: há futuro para a União Europeia?

Delação premiada

» JORGE MOTTA

Jornalista, foi presidente da Telebrás

Preliminarmente, registro que, durante cinco anos, cinco meses e cinco dias, me impus silêncio total sobre as críticas infundadas que a mídia nacional publicou e ainda publica contra a Telebrás. Período em que tive a honra e o privilégio de presidi-la. Não ocuparei espaço para relatar o que foi feito durante a minha gestão. Tenho certeza de que serei lembrado pelo que não deixei que fizessem: fechá-la. Lutei quase solitariamente, tive apenas o apoio da diretoria, dos conselhos de Administração, Fiscal e de empregados dedicados.

Só agora, quando deixo a presidência, dou esse grito sufocado por tanto tempo, para repor o verdadeiro papel que teve a empresa ao longo desses 38 anos de existência. A grande transformação das telecomunicações brasileiras deu-se após a sua criação em 1972. As redes de fibras óticas, a criação da Embratel, o uso dos satélites, as transmissões a cores pelas televisões, a modernização do sistema, integrando o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, foram conquistas, sim, do monopólio estatal. Muitos de boa ou má fé teimam em dar como exemplo de anacronismo a estagnação da telefonia fixa, fruto de políticas adotadas pelos governos, que para manter o famigerado superávit primário impôs restrições aos investimentos, mesmo que houvesse recursos próprios das empresas estatais.

Mas eis que surgem novamente, com as garras aguçadas, os cavaleiros do apocalipse. Os “gênios” que criaram o atual modelo das telecomunicações, que um brilhante jornalista classifica de privatária. Não a privatização em si, mas o formato. Quem não

se lembra da célebre frase “estamos no limite da irresponsabilidade”, em conversa gravada entre o então presidente do BNDES e um diretor do Fundo Previ (naquela época já se grampeavam as conversas telefônicas)?

O grande argumento da privatária era a busca da livre concorrência para o setor. A abertura para o capital privado, o melhor para o Estado, os exemplos de outros países etc. Hoje, os arautos do modelo da privatização, quase todos a serviço das teles, como lobistas, consultores ou empregados diretos, ganhando polpudos pro labores, querem mais incentivos do governo para levar aos brasileiros o que já deveriam ter feito ao longo desses 12 anos de gordas tarifas e perdão de obrigações assumidas nos contratos de concessão que não cumpriram. Querem sempre mais. Não bastou a distribuição que receberam, em 1998, de ativos da Telebrás da ordem de R\$ 31 bilhões e, mais adiante, quase R\$ 8 bilhões em compensações tributárias. Agora querem também ditar as políticas públicas de telecomunicações.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está apenas corrigindo distorções que são flagrantes no atual modelo das telecomunicações, estendendo o braço do Estado a milhões de brasileiros ávidos em participar das conquistas da tecnologia, através do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a preços compatíveis com as suas condições econômicas.

Não é possível falar de modernização das telecomunicações no Brasil sem desfraudar a bandeira da Telebrás. Tanto é assim que,

até hoje, após 12 anos, a Anatel acha imprescindível ao seu funcionamento a permanência de técnicos cedidos pela Telebrás, de reconhecida competência, que prestam relevantes serviços àquela agência reguladora.

É importante destacar que todo o arcabouço jurídico e legal que criou a Telebrás permanece inalterado. A lei que a criou, em 1972, continua em vigor. Obedece também à legislação que regula as sociedades anônimas, seu estatuto e regimento, possuindo mais de 2 milhões de acionistas, com papéis negociados na Bovespa. Não está incluída no Programa de Desestatização, sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento. Ficou todos esses anos sem operacionalidade, fruto do modelo que deixou para a “viúva” apenas os ossos da privatização, representados pelo passivo judicial das ações nas áreas dos direitos civil, tributário e trabalhista.

Não seria justo terminar sem prestar a minha homenagem ao melhor dirigente que, durante 12 anos, presidiu a empresa e fez o seu logotipo ser reconhecido e respeitado internacionalmente, nas bolsas de valores de Nova York e Frankfurt. José Antônio de Alencastro e Silva será sempre lembrado pelos que reverenciam a honradez e o cumprimento do dever. Prestou grandes serviços ao Brasil, exemplo de dedicação e competência deixado na história das telecomunicações brasileiras.

Começa agora um novo tempo com o Programa Nacional de Banda Larga. A palavra chave é concorrência. Não ao monopólio privado. Essa, a minha delação. O prêmio é a volta da Telebrás.



ARI CUNHA

Desde 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Remoção sem saudade

Rebuscando as coisas que não deixam saudades, o governo federal redescobriu a imagem fatídica da Telebrás. Foi responsável pela telefonia até 1988, tendo sido desfeita logo em seguida, por necessidade. A ascensão vem num momento em que o governo não deve usar o dinheiro do cofre. Trabalhos serão comandados pela ministra Erenice Guerra, minha conterrânea. Será assessora da pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Meta é elevar, até 2014, de 12 milhões para 40 milhões as residências com acesso à internet rápida, com gastos de R\$ 13 bilhões. No cardápio de Lula, as obras serão entregues ao poder privado. Vão enriquecer tanto o mercado como aumentar o déficit. A reportagem é de *Veja*, e tem assinatura de Renata Betti.

»» A frase que foi pronunciada

“Não estaremos impunes ao redentorismo eleito, de matriz autoritária, ao estilo de Perón e (Hugo) Chávez.”

Mario César Flores, almirante de esquadra reformado

Cárcere

» Todo presidiário está sob a responsabilidade do governo. Está na lei não obedecida. No Regimento Disciplinar do Exército (RDE) há definição: ordem errada não se executa. Por princípio, o governo deve ser punido, como faz com os malfetores. Eles cumprem pena pela lei. Saídas há, porque a Constituição foi feita por parlamentares, e não doutos em direito. Quem reagir merece aplausos, para o governo saber que é gerente do nosso dinheiro, não proprietário de nossa vontade.

Desconforto

» No local de check-in do Aeroporto Internacional de Brasília, os passageiros ficam de pé. Não importa a necessidade ou o estado físico. Em conseguindo marcar o lugar, vai para a sala de embarque. Ai, então, ficam aboletados em boas cadeiras, aguardando o embarque, nem sempre no horário.

Economia doméstica

» Donas de casa nos países ricos controlam a economia da família. Estudam aplicações, veem o que rende mais. É norma não gastar mais do que se ganha. O Brasil pode explodir, se as despesas públicas não forem contidas. Para gastar mais do que arrecada, vez por outra está criando taxa ou aumentando impostos nas costas do povo.

Vazamento

» Petróleo do México continua vazando. A British Petroleum, que explora a região, adotou medidas determinadas pelo seu Conselho de Engenharia. Erigiu em concreto armado o equivalente a um edifício de 14 andares. Dois guindastes ergueram a obra e foram fechar o poço. A mangueira que ia levar o petróleo a um navio entupiu com cristais de água e gás. Trabalho desfeito. A mancha está chegando aos Estados Unidos.

»» História de Brasília

Já que estão falando em campanha do silêncio, por que não tiram as buzinas de ar dos ônibus oficiais? O Exército, a Marinha, a Câmara dos Deputados, o Senado, os tribunais, todos têm ônibus com buzina a ar, que incomoda tremendamente a população. (Publicado em 3/3/1961)

Petrobras

» Recursos estão de difícil acesso por parte da Petrobras. Deve R\$ 100 bi e vai se capitalizar. Faltam recursos para gastos programados no pré-sal e construção de novas refinarias. O desejo para equilibrar orçamento é vender novas ações.

Veto argentino

» Está nos planos do governo argentino vetar a compra de alimentos importados do Brasil. O secretário de Comércio portenho é Guilherme Moreno, desafeto do Brasil em outros tempos. Diz que a partir de junho a ordem entrará em função.

Dois governos

» O próximo governo, para pôr em ordem a educação, necessitará de pelo menos 20 anos. O que salvou a escola foi o professor João Carlos Di Genio. Fatura, não importando com gastos necessários. Professores bem pagos foram treinados em trabalho coletivo. Certo dia, o ensino particular ficou muito distante do oficial. Di Genio mudou. Criou universidades. Como Midas, transforma em ouro o que põe a mão. É o criador do novo ensino, otimista e bem organizado.

MMA

» Mais uma cota da doação de US\$ 6 milhões chega aos projetos do cerrado sustentável. A parceria vem do Fundo Global para o Meio Ambiente, com sede na Inglaterra. Essa foi a segunda cota remetida. Os resultados não são vistos ainda.

Inconsciente

» Dona Nair Mendes não sabia a razão de tanta tristeza. Passados alguns meses, descobriu, com a ajuda da filha. O hábito de ouvir rádio nas primeiras horas do dia era a razão: 83,4% das notícias eram sobre violência, mortes e outras tragédias.